

Para uma Arqueologia da Cultura escrita da Chapada Diamantina – BA: O caso do Manuscrito 512

Táisa Alves Ribeiro²², André Luiz Alves Moreno²³

RESUMO

Apresenta-se, aqui, o *Manuscrito 512*, um testemunho fundamental para a reconstituição da história da cultura escrita na região da Chapada Diamantina-BA. Atualmente se encontra na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, este foi escrito em 1753, com o intuito de dar notícias sobre o achamento de uma cidade perdida no interior dessa região. A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da *História da Cultura Escrita*, buscamos tecer apontamentos que possam contribuir com a arqueologia da escrita no âmbito das veredas diamantinas, e, assim, contribuir com as investigações desenvolvidas pelo *Programa Escritas Diamantinas*, instituído no *Campus XXIII* da Universidade do Estado da Bahia.

Palavras-chave: História da Cultura Escrita. Manuscrito 512. Mito arqueológico. Chapada Diamantina-BA.

FOR AN ARCHEOLOGY OF THE WRITTEN CULTURE OF CHAPADA DIAMANTINA-BA: THE CASE OF THE MANUSCRIPT 512

ABSTRACT

Manuscript 512 is presented here, a fundamental testimony for the reconstruction of the history of written culture in the Chapada Diamantina-BA region. Currently it is in the National Library, in Rio de Janeiro, it was written in 1753, with the intention of giving news on the finding of a lost city in the interior of that region. Based on the theoretical and methodological assumptions of the History of Written Culture, we seek to weave notes that can contribute to the archeology of writing within the scope of the diamond paths, and thus contribute to the investigations developed by the *Escritas Diamantinas* Program, established at the *Campus XXIII* of the University of the State of Bahia.

Keywords: History of Written Culture. Manuscript 512. Archaeological myth. Chapada Diamantina-BA.

²² Táisa Alves Ribeiro, graduada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XXIII, Seabra-BA. E, pesquisadora do Projeto *Escritas Diamantinas: Programa de Estudos em História Sociedade e Cultura Escrita na região da Chapada Diamantina-BA*. Endereço: Povoado Prata de Baixo, nº 77, Zona Rural, Seabra-Bahia.

E-mail: taribeiro@uneb.br / alvestai10@gmail.com

²³ André Moreno, Doutor em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Vincula-se ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), coordenado pela Professora Doutora Juliana Soledade (UNB), atuando em investigações que se assentam no campo da História da Cultura Escrita no Brasil. Dedicou-se, também, à reconstituição da história social da escrita na região da Chapada Diamantina, coordenando o Projeto "*Escritas Diamantinas: Programa de Estudos em História, Sociedade e Cultura Escrita na região da Chapada Diamantina-BA*", desenvolvido no âmbito da Universidade do Estado da Bahia, onde é atualmente Professor. Atua nas áreas de Linguística Histórica, Filologia, História da Cultura Escrita e Língua Portuguesa.

E-mail: andremorenoufba@gmail.com

PARA UNA ARQUEOLOGÍA DE LA CULTURA ESCRITA DE CHAPADA DIAMANTINA-BA: EL CASO DEL MANUSCRITO 512

RESUMEN

Aquí se presenta el manuscrito 512, testimonio fundamental para la reconstrucción de la historia de la cultura escrita en la región Chapada Diamantina-BA. Actualmente se encuentra en la Biblioteca Nacional, en Río de Janeiro, fue redactado en 1753, con la intención de dar noticia sobre el hallazgo de una ciudad perdida en el interior de esa región. Partiendo de los supuestos teóricos y metodológicos de la Historia de la Cultura Escrita, buscamos tejer apuntes que puedan contribuir a la arqueología de la escritura en el ámbito de los caminos diamantinos, y así contribuir a las investigaciones desarrolladas por el Programa Escritas Diamantinas, establecido en el Campus XXIII de la Universidad del Estado de Bahía.

Palabras clave: Historia de la cultura escrita. Manuscrito 512. Mito arqueológico. Chapada Diamantina-BA.

Introdução

O *Manuscrito 512* é considerado um testemunho muito importante para a história brasileira. Trata-se de uma espécie de relatório que descreve a existência de uma cidade de pedras perdida no interior da Bahia, descoberta em meados do século XVIII, que possivelmente aparentava ter certa semelhança com as cidades romanas dos idos do auge do Império Romano. Atualmente, esse documento encontra-se na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, com o seguinte título: *Relação histórica de huma occulta, e grande Povoação, antiqúissima sem moradores, que se descubrio no anno de 1753.*

Esta investigação assenta-se teoricamente no campo da *História da Cultura Escrita*, uma forma específica de *História Cultural*. Para mais, vincula-se também ao *Projeto Escritas Diamantinas: programa de estudos em história, sociedade e cultura escrita no Brasil na Chapada Diamantina-BA*, coordenado pelo Professor Dr. André Moreno, instituído no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – *Campus XXIII*, da Universidade do Estado da Bahia.

Dessa maneira, o *Manuscrito 512*, como um testemunho histórico extremamente relevante, apresenta relatos de possíveis civilizações antigas da época da campanha de reconhecimento e exploração do interior da Bahia e, por isso, no âmbito da *História da Cultura Escrita*, emerge o seguinte questionamento: o que esse manuscrito pode revelar sobre as histórias diamantinas que se constituíram nos primeiros registros de exploração colonial e pós-colonial dessa região? Pelo que vimos, por ser considerado um dos maiores mistérios da história

brasileira, instituído através da escrita, é possível considerá-lo como um monumento²⁴ histórico de valor simbólico para a história da Chapada Diamantina-BA.

Assim sendo, os procedimentos metodológicos que utilizamos para o desenvolvimento da presente pesquisa fundamentaram-se nas seguintes perguntas norteadoras, propostas por Armando Petrucci (2003), expoente da renovada paleografia italiana: *O que foi escrito? Quando foi escrito? Onde foi escrito? Como foi escrito? Quem escreveu? Por que foi escrito? Para que foi escrito?*

Entendendo o campo da *história da cultura escrita*

Para compreendermos o campo em que esta investigação está inserida, precisamos retornar aos primeiros anos do século XX. Nesse período, o fazer historiográfico ganhou novas dimensões de análises e, por isso, mudanças na historiografia começaram a ocorrer. Uma nova perspectiva, conhecida como *Nova História*, começa aparecer associado à chamada *Escola de Annales*, que estava vinculada à revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*²⁵. Seus fundadores, Marc Bloch (1929) e Lucien Febvre (1929), tinham como objetivo constituir um novo paradigma, pois estes sentiam a necessidade da elaboração de uma “história total”, integrando a sociedade, a economia, a política etc., ou seja, todas as atividades da produção humana. Dessa forma, essa nova perspectiva contrapõe-se à história tradicional, o chamado *Paradigma tradicional* da historiografia. Enquanto as narrativas do paradigma tradicional tratavam fundamentalmente das histórias dos grandes eventos, dos grandes acontecimentos e das grandes *personas*, valorizando-se apenas os documentos oficiais e jurídicos, por exemplo, a *Nova História* busca romper com essa realidade (BURKE, 1991).

A *Nova História* surge como uma necessidade de um novo olhar sobre os objetos historiográficos, preocupando-se, dentre outros aspectos, com experiências e comportamentos das pessoas comuns e com a cultura popular, pois entendiam que todos os campos de atividade humana eram passíveis de ser historicizados. Por isso mesmo é que a *Nova História* preocupava-se com uma “história total”, em que todas as produções humanas fazem parte da história. Segundo Burke (1991),

²⁴ Aqui, compreende-se monumento a partir da perspectiva apresentada por Jacques Le Goff (1996, 54), quando nos diz que um documento se torna um monumento, pois “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”. Assim sendo, compreendendo que um documento constrói, também, imagens da memória coletiva, ele não deixa de ser um monumento por compor-se no conjunto múltiplo de imagens e símbolos que se tornam fontes do labor historiográfico.

²⁵ Anais de História Econômica e Social.

De acordo com Robinson, “História inclui qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a terra”. Por método, “A Nova História deverá utilizar-se de todas as descobertas sobre a humanidade, que estão sendo feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos” (BURKE, 1991, p. 20)

Ou seja, toda atividade da vida humana é fonte de investigação para a historiografia neste contexto. Assim, diante disso que foi exposto, e compreendendo a concepção de *Nova História*, seguindo as contribuições do *Movimento dos Annales*, surgem, a partir daí, novos estudos e concepções, que apresentaremos a seguir.

Baseando-nos na *Nova História*, a noção de cultura ganha novos contornos e a concepção de *História Cultural* ganha espaço. Compreendendo como cultura qualquer manifestação humana que constitua historicidade, todas as *personas* de uma sociedade, “dividida em classes”, são passíveis de serem objetos de investigação da *História Cultural* e, como aponta Barros (2005) “[...] toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura.” Vejamos o que ele diz:

Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um artista, um intelectual ou um artesão. A própria linguagem e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam esta noção mais ampla de Cultura. “Comunicar” é produzir Cultura, e de saída isto já implica na duplicidade reconhecida entre cultura oral e cultura escrita (sem falar que o ser humano também se comunica através dos gestos, do corpo e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu “modo de vida”) (BARROS, 2005, p. 127).

Isto é, toda manifestação da espécie humana é uma manifestação de cultura e, por isso, consideramos que qualquer objeto material e simbólico produzido pelo homem é uma manifestação cultural e esta vem obtendo espaço no cenário científico. Dito isso, localizamos a presente pesquisa no campo de investigação chamado *História da Cultura Escrita*, que é uma forma específica de *História Cultural*. O termo *História da Cultura Escrita* passa a fazer parte do universo científico após uma publicação de Antonio Castillo Gómez, em 1994, a qual apresentava esse novo campo de pesquisas. Segundo ele, este busca investigar três aspectos fundamentais da história da escrita, que são as *práticas*, isto é, os produtos gráficos produzidos pela atividade humana, os *discursos* sobre elas e as *representações* em que se envolvem a cultura escrita. Ele diz que

[...] a *História da Cultura Escrita* nasce como uma forma específica de

História Cultural, que se inscreve como uma história social do fato escrito e que transcende a consideração da escritura como um mero sistema gráfico. [...] pode ser entendida a partir da conjugação de três histórias que haviam avançado em paralelo: a) a história das normas (padrões), das capacidades e dos usos da escrita; b) a história dos livros ou, mais amplamente, dos textos manuscritos e impressos (e eletrônicos, já considerando formas modernas de escrita); e c) a história das maneiras de ler (CASTILLO GÓMEZ, 2003 *apud* MORENO, 2019, p. 38).

Assim, a escrita, por se manifestar em diversos produtos gráficos produzidos pelo homem, é uma importante manifestação de cultura. Estudá-la é possível através de diversas áreas, ou embasamentos teóricos, como, por exemplo, a Paleografia, a História, a Arquivística, a Demografia etc., pois a *História da Cultura Escrita* constitui-se num campo de caráter multidisciplinar, a partir de diversos domínios científicos.

Para entendermos a *História da Cultura Escrita* no Brasil, segundo Moreno (2019), é importante discutir e interpretar elementos não só linguísticos, mas também antropológicos, sociológicos, demográficos, discursivos, estéticos e políticos. Só assim é possível compreender de forma substancial o universo da cultura escrita. Vejamos o que Barros (2005) nos diz:

[...] esta modalidade historiográfica abre-se a estudos os mais variados, como a “cultura popular”, a “cultura letrada”, as “representações”, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de “cultura” (BARROS, 2005, p. 126).

Como podemos ver, esse campo científico, no qual estamos inseridos, possui inúmeras possibilidades de investigação. Assim entendida, esta pesquisa vincula-se ao *Programa Escritas Diamantinas*, um projeto de investigação que se aloca no âmbito da *História da Cultura Escrita*, com vistas a investigar, dentre outros aspectos, a penetração, a difusão social e a circulação da escrita na história da região da Chapada Diamantina-BA.

O campo *História da Cultura Escrita*, tendo como um de seus pilares a reconstrução das diferentes conexões entre as diversas materialidades do escrito, em busca de uma aproximação de seu significado global, está aberto a três direções, em que é a cultura escrita o objeto de uma *produção discursiva* relacionada com os valores que se lhe atribuem em cada momento da história e na qual as *práticas* se direcionam para os testemunhos específicos onde se expressam os usos e as funções atribuídas ao escrito e as *representações* constituem os distintos tipos de imagens que cada sociedade constrói a propósito dos temas e objetos do escrito (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 107-113).

Sendo assim, para constituir suas vertentes de investigação, precisamos nos valer de estudos fundamentalmente interdisciplinares, pois os elementos teórico-metodológicos que o compõem não estão definidos especificamente em uma ou outra disciplina científica. Isso ocorre porque, a depender dos objetivos do historiador da cultura escrita, os direcionamentos tomados para cada pesquisa irão definir o arcabouço que deverá ser utilizado para exaurir o objeto observado. Dessa forma, levando em conta os três direcionamentos apontados por Castillo Gómez (2003), é possível identificar basicamente dois domínios nos quais os objetos da *História da Cultura Escrita* se agrupam: o que se refere aos estudos sobre as suas funções sociais da escrita e o que se refere à sua difusão em coletividades historicamente determinadas.

Assim sendo, neste contexto teórico, apresentaremos o *Manuscrito 512* como um monumento histórico, constituído através da atividade escrita, da Chapada Diamantina-BA, contextualizando essa manifestação cultural na história dessa região. Dessa forma, apontaremos um resultado de uma das diversas “histórias parciais” desenvolvidas a partir do referido Programa de pesquisas, a partir da direção das práticas de escrita, apontada por Castillo Gómez (2003).

É importante ressaltar que, em outros contextos, é possível identificar um campo concebido como *História Cultural das Práticas de Escrita*, que tem, dentre seus diversos pesquisadores, Roger Chartier (2004) como um de seus maiores expoentes. Tendo o foco nas diversas materialidades do escrito, relacionando-se intimamente com a Filologia, a Paleografia e a Diplomática, além da própria História, é claro, esse campo busca analisar a escrita em seus inúmeros desdobramentos histórico-culturais, compreendendo que um produto gráfico constituído num espaço-tempo determinado, como nos coloca Le Goff (1996), é um monumento histórico e, por isso, carrega consigo possibilidades interpretativas diversas, que nos permitem entender a história da escrita e, também, da leitura. Contudo, para nós, essa perspectiva não deixa de compor a proposta do campo da História da Cultura Escrita, como nos aponta Castillo Gómez (2003), já que as *práticas* são uma das frentes que o compõem e, por isso, nossa escolha teórico-metodológica se assenta sobre esse campo.

O *Manuscrito 512*

O *Manuscrito 512* é um documento datado do século XVIII e foi encontrado pelo naturalista Manuel Ferreira Lagos²⁶ no ano de 1838, que o depositou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Atualmente, o *Manuscrito 512* encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. O acesso ao documento original é extremamente restrito, mas há uma cópia digitalizada no âmbito do suporte digital deste Arquivo.

Este testemunho foi escrito possivelmente por bandeirantes que estavam na Bahia e que, aparentemente, mandavam ao Governo Central, no Rio de Janeiro, relatórios de reconhecimento das terras por onde passavam. É uma espécie de relato, sem identificação de sua autoria, que narra a história de um grupo de exploradores bandeirantes que se depararam com as ruínas de uma antiga e misteriosa cidade de pedras no interior da Bahia, nos idos do Brasil Colonial.

A descrição da referida cidade é bastante detalhada e diz que, desde a entrada, existia um muro de pedras com três arcos gigantes que teria certa semelhança com alguma cidade da “Corte do Brazil”, além de parecer com os edifícios residenciais que existiam em Roma entre os séculos I a.C. e I d.C. A arquitetura de todas as casas era praticamente igual, porém, muitas já estavam destelhadas. Havia, também, uma estátua de um homem apontando para o Norte. Pelo que foi descrito no referido testemunho, toda a estrutura da cidade não parecia ser daquela época, além disso, algumas das casas estavam destruídas e a cidade estava totalmente abandonada, pois não havia nenhuma presença humana, parecendo estar abandonada há séculos.

O relato diz ainda que, em frente à praça principal, existia um longo rio que levava para uma cachoeira. Dentro do rio, havia várias covas com inscrições também desconhecidas. Do outro lado havia vários animais e uma variedade de flores admiráveis, que parecia “entoar” a natureza mais cuidadosa. O relato do manuscrito também aponta que, depois de três dias de caminhada, encontraram um lugar com imensas pedras e moedas de ouro que tinham desenhos e inscrições estranhas, em uma língua completamente desconhecida. Tais moedas eram maiores que as que eles tinham de “seis mil e quatrocentos”²⁷. De um dos lados da moeda, havia a imagem de um “moço” posto de joelhos e, do outro lado, um arco, uma coroa e uma seta. Relataram, ainda, que, considerando a tamanha grandeza daquela cidade, com muito ouro, prata e outras belezas, ficaram surpresos

²⁶ Primeiro Oficial de Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros; diretor da seção de zoologia e anatomia comparada do Museu Nacional, bem como seu bibliotecário; fez parte da missão científica de exploração ao Norte do Brasil.

²⁷ Trechos marcados com aspas, nesta sessão, foram extraídos do testemunho aqui analisado.

e admirados em verem que estava abandonada, pois não encontraram nenhuma presença humana, nem ninguém que pudesse contar para eles de quem tenha sido aquela “deplorável” maravilha de povoação, que, aparentemente, era muito populosa, mas que, naquele momento, estava habitada apenas por animais silvestres.

Por fim, os possíveis autores do *Manuscrito 512* apontam no próprio manuscrito, que se está enviando as notícias do sertão da Bahia e dos rios Paraguaçu e Uná certos de que não pertencem a pessoa alguma e que: “[...] a dou das Minas que temos descoberto, lembrando do muito que lhe devo”; “[...] contudo peço-lhe a V.me largue essas penúrias, e venha utilizar-se destas grandezas”.

Pelo que foi possível notar, esse testemunho é uma importante fonte de registro histórico para a história da Chapada Diamantina-BA, pois trata dos primeiros momentos do achamento e da exploração colonial dessa região. Por isso, a investigação e a contextualização história desse documento nos permitirá ter possíveis indicadores do contexto sociocultural e histórico de colonização dessa localidade, apresentando, através dele, os primórdios da campanha de reconhecimento e exploração da Chapada Diamantina-BA.

Características paleográficas e edição do Manuscrito 512

Consideramos importante explanarmos as características paleográficas do manuscrito, a fim de apresentá-lo com uma maior precisão. Segundo Berwanger e Franklin Leal (2008), a *Paleografia* é compreendida como sendo o estudo da escrita antiga, conforme a etimologia grega da palavra – *paleos* (antiga) + *graphein* (escrita). A Paleografia abrange a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para a escrita. Pode ser considerada arte ou mesmo ciência. É ciência no universo teórica e arte na aplicação prática. Porém, como apontam os autores, é, acima de tudo, uma técnica (BERWANGER; FRANKLIN, 2008, p. 15).

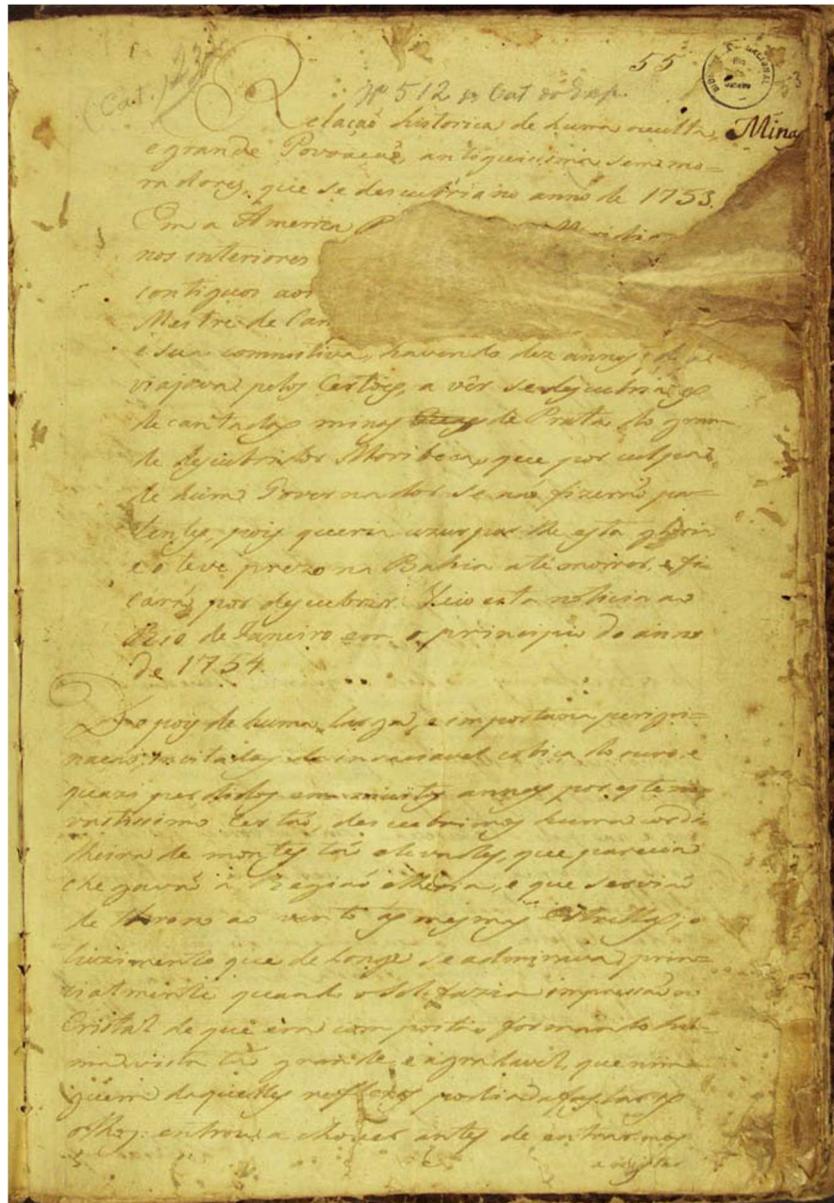
Direcionando-nos para nosso objeto de pesquisa, o *Manuscrito 512* possui 10 fólios, tendo como suporte papel não pautado. Toda a mancha escrita se mantém em linhas retas, permanecendo em margem e espaçamentos praticamente iguais em todos os fólios. O tipo de material de escrita provavelmente é a pena. O texto encontra-se desgastado. Uma parte foi consumida possivelmente por atividade biológica, faltando, assim, muitas partes do texto

original. Este tem o total de linhas por fólho variável. A mancha escrita é bem assentada e visivelmente bem delineada e há poucas rasuras ou correções do *scriptor*.

Em se tratando de características exógenas, ou seja, as intervenções externas presentes no *Manuscrito*, além de todo relato, há algumas intervenções escritas a lápis, não sendo feita pelo mesmo autor, devido à diferença gráfica dos *scriptores*. Além disso, o testemunho possui uma marcação de carimbo no fol.1r na parte superior direita, que possivelmente seja do destinatário que o recebeu naquele período, visto que foi destinado ao Governo Central, no Rio de Janeiro.

Diante dessas características, apresentaremos, a seguir, um fólho da reprodução fac-similar e da edição conservadora do documento, ambas mostradas lado a lado.²⁸

²⁸ Os critérios de edição utilizados para esta investigação estão arrolados no Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Relação histórica de uma oculta, e grande Povoação, antiquíssima sem moradores, que se descobriu no ano de 1753”, desenvolvido por Taísa Alves Ribeiro, sob orientação do Prof. Dr. André Moreno, e pode ser consultado no acervo da Biblioteca da Universidade do Estado da Bahia, Campus XXIII, Seabra-BA.



- Relação historica de huma occulta,
e grande Povoação, antiquissima sem mo-
radores, que se descubriu no anno de 1753.
- Em a America [??]
5 nos interiores [??]
contiguos aos [??]
Mestre de cam [??]
e sua comitiva, havendo dez annos de que
viajava pelos certões, a vêr se descubria as
10 decantadas minas pras de Prata do gran-
de descobridor Muribeca, que por culpa
de hum Governador se não fizerão pa-
tentes, pois queria usurpar-lhe esta glória
e o teve preso na Bahia até morrer, e fi-
15 carão por descobrir: Veio esta noticia ao
Rio de Janeiro em o principio do anno
de 1754.
- Depois de huma longa, e importuna peregui-
nação, incitados da incaciavel cobiça de ouro, e
20 quazi perdidos em muitos annos por este ---
vastissimo certão, descobrimos huma cordi-
lheira de montes tão elevados, que parecia
chegavão a Região etheria, e que servirão
de throno ao vento as mesmas estrelas; o
25 luzimento que de Longe se admirava, prin-
cipalmente quando o Sol fazia impressão ao
Cristal de que era composta e formando hu-
ma vista tão grande e agradável, que nin-
guem daquelles reflexos podia afastar os
30 olhos: entrou a chover antes de entrarmos

registrar
(fol. 1r)

Notas sobre alguns estudos já realizados com o *Manuscrito 512*

As interpretações de Diomário Gervásio de Paula Filho

Há algumas anotações e investigações sobre o *Manuscrito 512* e uma delas, que está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional, foi produzida por Diomário Gervásio de Paula Filho.

Sem datação especificada, o autor propõe um trabalho monográfico no qual discute a possível história atribuída a esse testemunho. Assim sendo, ele inicia seu texto apontando que há muitas obras escritas em que são apresentadas teses de que o Brasil já teria sido descoberto antes da viagem de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500. Segundo ele, logo após o achamento oficial do Brasil, por Cabral, foram encontradas com frequência muitas inscrições em rochas e outros locais, principalmente no interior do Brasil. Muitas dessas inscrições continham letras latinas e gregas. Além de tais inscrições, foram encontradas cerâmicas em estilo greco-romano e, ainda, moedas romanas. Assim, Diomásio Gervásio de Paula Filho diz que é possível que, em época remota, tenha existido uma civilização clássica greco-romana no atual território brasileiro, mas não somente pelas inscrições, pelas cerâmicas e pelas moedas, pois foram encontradas, ainda, no interior do Brasil, muitas ruínas de antigas metrópoles romanas, sendo a mais impressionante delas achada em 1753, por uma bandeira no interior da Bahia.

Os bandeirantes, em busca de ouro e prata, em dado momento, descobriram, supostamente, uma milenar cidade romana e a descreveram detalhadamente numa espécie de relatório, encaminhando-o ao Vice-Rei. Contextualizando-o, Diomásio Gervásio de Paula Filho cita alguns fatos sobre a possível existência de povos da antiguidade no território do Brasil, explicando que três deles tiveram um papel preponderante na história antiga: os *Tartésios*, os *Fenícios* e os *Romanos*.

Segundo Diomásio Gervásio de Paula Filho, os navegadores Fenícios, depois de um longo tempo de atividades marítimas, chegaram em território brasileiro seguindo as correntes dos oceanos e resolveram, prontamente, instalar uma colônia por essas bandas. Porém, os romanos tomaram conhecimento de sua existência e sabiam que era de lá que os fenícios traziam grande quantidade de ouro e prata. Nesse contexto, inicia-se uma disputa pelo domínio dessas atividades de exploração, que acirrou a rivalidade entre os fenícios e os romanos.

Após beberem da fonte tecnológica da atividade marítima fenícia, os romanos iniciaram um confronto com estes pelo domínio do mar Mediterrâneo. Após uma das batalhas mais

violentas da antiguidade, a armada fenícia foi derrotada e os romanos conquistam as principais rotas dos fenícios. Em meio a isso, segundo Diomásio Gervásio de Paula Filho, tomando suas principais cidades, por volta de 120 a.C., os romanos chegam ao Brasil, e os fenícios que aqui estavam tiveram que se retirar. Ainda segundo ele, diante da conquista dos romanos, eles começaram a instalar suas primeiras cidades em solo brasileiro, estrategicamente localizadas nas proximidades dos grandes centros de mineração e extração de ouro e prata, estando uma delas localizada no que hoje chamamos de interior da Bahia. Após a crise do Império Romano, tais cidades teriam sido abandonadas e os romanos que aqui estavam instalados se deslocaram para a Europa.

Segundo o autor,

[...] os fatos aqui relacionados podem ser encontrados em manuscritos da antiguidade, Cartas Régias de doação e entre os escritos de autores da antiguidade Clássica.

Assim sendo, ele aponta que a história do Brasil seria outra se o Império Romano do Ocidente não tivesse ruído, mas

[...] um fato é que a história não pode ser mudada, e o que aconteceu não pode ser eternamente ocultado. E, de fato, podemos ter uma visão mais completa do que possivelmente pôde ter acontecido e como aconteceram as histórias dos tempos passados até o então ‘descobrimto do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500’.

Tratando-se, ainda, das interpretações do referido autor, diversas bandeiras foram organizadas com o objetivo de descobrir os centros de extração de ouro e prata em território brasileiro e foram estas que contribuíram para o possível achamento de antigas ruínas de cidades romanas. Por exemplo, em 1551, uma bandeira chefiada por Sebastião Fernandes Tourinho partiu para as terras brasílicas em busca de possíveis minérios valiosos. Tempos depois, esta bandeira encontrou uma serra de esmeraldas, despertando muito interesse do Governador Geral Luiz de Brito Almeida, que resolveu mandar outra campanha de homens com o objetivo de confirmar tal afirmação do chefe da bandeira anterior. Essa segunda campanha foi chefiada por Antônio Dias Adorno e, com ele, foi também o Padre João Pereira e o sertanista Jorge Velho, os quais, seguindo os mesmos caminhos percorridos por Sebastião Fernandes, não encontraram nenhuma serra como a descrita anteriormente. Porém, após longa caminhada, a bandeira descobriu ruínas de uma antiga cidade que eles não souberam descrever precisamente, pois a região era totalmente inexplorada e aquele lugar era chamado pelos índios de *mboab* (aldeia calçada). A expedição seguiu, segundo o Padre que ali estava, em direção ao Rio São Francisco

e atravessou a *Chapada da Diamantina*²⁹. Muitos dos chefes de bandeiras foram atacados por uma doença que assolava a região e acabaram morrendo, ficando outros responsáveis, como o Belchior Dias Moreira.

Tempo depois, um índio foi procurar o Belchior Dias e mostrou para ele umas pedras que havia encontrado, semelhante à prata. Ao confirmar que era prata, ele foi atrás e passou oito anos nesta jornada. Depois disso, foi até a Espanha pedir ao Rei títulos pelo seu achado e, em 1618, firmado um acordo de doação de terras em troca das Minas de Prata que Belchior teria, então, finalmente descoberto, o Rei Felipe III determinou que, antes, o Belchior teria de levar ao local uma expedição do seu Reino e que lá seria entregue a carta de doação. Ele concordou e partiu para o que hoje conhecemos como *Chapada da Diamantina*. Chegando na Serra do *Rio das Contas*³⁰, Belchior convenceu o capitão a abrir a carta de doação e ali descobriu que só constava uma patente de Capitão para sua pessoa. Então, recusou-se seguir em frente e mostrar onde estavam as minas. Com isso, ele foi espancado e torturado, mas não revelou onde estas se localizavam e, assim, foi preso e algemado na Bahia, onde foi jogado em uma prisão e acabou falecendo. Contudo, Belchior teve um filho chamado Robério Dias, que ficou conhecido como o Muribeca, que passa a ter um valor importante nesta história, segundo Diomásio Gervásio de Paula Filho.

Em 1753, uma bandeira adentrou no Sertão da Bahia em Busca das Minas de Prata de Muribeca. E, aqui, chegamos ao ponto chave deste estudo, que é a história do Manuscrito 512, que supostamente foi escrito por esta bandeira, em que descreve a possível grande cidade romana encontrada na Chapada Diamantina-BA.

Devido ao documento não possuir assinatura do chefe da expedição ou de quem o escreveu, Diomásio Gervásio de Paula Filho analisou as bandeiras daquela época e chegou à conclusão de que este possa ter sido escrito por João da Silva Guimarães, que, na época, era Tenente-General, conhecido como Mestre de Campo. Contudo, há possibilidade de ter sido também um outro sertanista, o Antônio Lourenço da Costa, que, em 1757, chegou ao distrito diamantino de Tijuco, em Minas Gerais, dizendo que passou 10 anos no interior em uma bandeira e que esta tinha feito descobertas surpreendentes.

Segundo o autor, há algumas cartas em que relata indícios de todo o processo de busca pela Minas de Prata do Belchior Dias. Um exemplo disso são *Cartas do Sertão do Paraoassu – Anais da biblioteca nacional, Vol. Cit. Doc. Raro nº 522, datado de Pau-a-pique em*

²⁹ Expressão extraída do testemunho aqui analisado.

³⁰ Expressão extraída do testemunho aqui analisado.

12.04.1753, que também se encontra na Biblioteca Nacional. Dentre esses registros, há vários outros e tais fatos aqui mencionados são passíveis de comprovação com tais documentos disponíveis na Biblioteca Nacional segundo ele, havendo inclusive um documento que cita a história de Benigno José da Bunha e de Percy Herrisom Fawcett, que morreram durante a busca da cidade abandonada.

Neste estudo de Paula Filho, apresenta-se, ainda, uma análise crítica dos fatos mencionados. Assim sendo, ele diz que é importante analisar o próprio relato do Manuscrito, pois é evidente que o documento aponta muitas descrições passíveis de serem analisadas e interpretadas para se chegar a um possível denominador comum. Por exemplo: os arcos de grande altura na entrada da cidade, conforme são citados no manuscrito, possivelmente tratam do *Arco do Triunfo* feito pelos romanos em cada lugar que Roma conquistava. Tais arcos foram a marca registrada da arquitetura e presença romana e eles o construía em todas as localidades em que Roma tivera posse. Outro dado importante, que é citado no manuscrito é a praça e a estátua de um homem ordinário com o braço direito estendido apontando para o Norte. É possível notar a semelhança desta estátua com a estátua do cavaleiro Romano descoberto no arquipélago dos Açores pelos portugueses, pois ele também tinha o braço direito estendido e apontava o dedo indicador em direção ao Brasil – ainda existe, no Vaticano, uma estátua de Otávio Augusto, que viveu na época do máximo apogeu das conquistas romanas, e, em sua homenagem, foram erguidas muitas estátuas em praças. Outra descrição importante é sobre os edifícios. O testemunho cita que existia um grande salão na entrada e isso assemelha-se aos edifícios públicos romanos, pois provavelmente tratava-se de uma espécie de fórum, que era a marca constante nas praças de cidades romanas daquele período.

No que diz respeito às inscrições encontradas e copiadas, em 1982, um professor americano, em uma entrevista à Rede Globo, disse que a escrita provavelmente pertence ao estilo Grego-Ptolomáico, sendo utilizada entre 300 a.C. e 100 a.C., já na época da dominação Romana na Grécia. Este período de tempo concorda perfeitamente com a data fornecida anteriormente para a chegada de Romanos ao Brasil, ou seja, em 100 a.C.

A respeito das moedas encontradas e citadas no manuscrito, Paula Filho diz que, de uma parte havia “[...] um moço posto de joelhos e da outra um arco, uma coroa e uma seta”. Este dado é importantíssimo, pois sabemos que estátuas podem ser feitas nas mais diversas épocas, dentro de um mesmo Império, mas moedas possuem data e localização onde circularam e a quem pertenciam. Com isso, Diomásio Gervásio de Paula Filho cita que realizou diversos estudos em museus e órgãos especializados, e consultou diversos catálogos sobre todas as

moedas de diversos povos, de todos os tempos, analisando, assim, uma coleção doada pelo museu britânico ao Banco do Brasil, e, assim, conseguiu descobrir um dos lados da moeda. O lado do moço de joelhos era utilizado em portos fenícios dominado por romanos com data de 260 d.C., na época do Imperador Séptimo Severo. E, em relação ao outro lado, encontrou várias moedas com cunho semelhante, todas datavam de 100 d.C., e todas pertencentes ao Império Romano. Tais datas aqui mencionadas concordam perfeitamente com a data estabelecida com o período de estadia dos romanos no Brasil, conforme já foi dito.

Diante do exposto, e segundo Paula Filho, é possível dizer que esta cidade deve ter começado a ser construída por volta de 50 a.C., tendo atingido seu apogeu em 400 d.C., sendo, então, progressivamente abandonada até atingir o estado em que foi encontrada em 1753, conforme descrito no *Manuscrito 512*.

Depois de longas buscas pela cidade abandonada, após o achado do Manuscrito por Manoel Ferreira Lagos, as autoridades da época impediram que se continuassem com tais buscas, mesmo tendo a informação de indícios da localização desta às margens do *Rio das Contas*, que pertenceu ao município de Jequié, na Bahia. Isso está descrito numa carta do Benigno ao IHGB, em 24 de fevereiro de 1841, tempos antes de ser morto.

Em outra carta, datada de 23 de janeiro de 1845, dirigida ao governador da Bahia, o Benigno solicitava auxílio para continuar a jornada, visto que o IGHB o tinha abandonado. Contudo, o auxílio não chegou e o chefe da expedição cita que ainda tinha esperança de encontrar a localização, dizendo-nos que: “[...] creio estar perto da cidade”. Mas se ele chegou até ela nunca saberemos, pois morreu em seguida, vitimado pelas contínuas doenças que contraiu na região.

Outra tentativa de busca pela cidade perdida foi realizada a partir da expedição *Fawcett*, que partiu em direção à *Chapada da Diamantina-BA*, no lugar onde o Benigno dizia ser a habitação dos escravizados fugitivos. Contudo, mais uma vez, não tiveram sucesso. Fawcett diz, em seu diário, na página 287, que, no caminho ao encontro com a cidade, tiveram a oportunidade de passar por um território de índios morcegos e teria o prazer de estudá-los, mas este foi um grande desastre, pois

[...] tais índios eram segundo a Funai os índios Avá-canoeiros, a tribo mais violenta que se tem notícia, nutrem um ódio profundo pelo homem branco, matam sem piedade, não conhecem nenhuma regra de vida em sociedade, nem mesma as tribais, são nômades, andam sem parar, destruindo tudo que veem pelo caminho, matando os animais, homens, mulheres, crianças, destruindo qualquer construção ou qualquer coisa viva o inerte que encontram, são negros de cabelos compridos, Fawcett

acreditava que poderia estudá-los, estava enganado aliás um engano fatal (PAULA FILHO, p. 29).

Com isso, não foi possível dizer exatamente qual era o local, pois ele também acabou morrendo na busca. No entanto, ao verificar as coordenadas dadas pelo último expedicionista em relatos no seu diário, há três pontos que guardam as características do lugar procurado. Um deles encontra-se ao norte da Serra do *Rio das Contas*, mais precisamente no lugar denominado “Serra da tromba”, onde existe um caminho entre duas serras que formam um vale. Existe também a cidade de Livramento do Brumado, que também guarda muitas características da cidade, e há, ainda, a serra do Sincorá, próximo ao Rio Paraguaçu, que também é citado no Manuscrito.

Contudo, diante deste estudo realizado por Diomário Gervásio de Paula Filho, podemos levantar algumas possíveis respostas para questionamentos a respeito do Manuscrito. A primeira é que os monumentos apresentados no *Manuscrito 512* provavelmente pertencem ao estilo romano. Este possivelmente pertence ao período compreendido entre 50 a.C. a 400 d.C. Há indícios de que as moedas descritas pertencem ao povo romano no período de 260 a 300 d.C., conforme foi indicado. As inscrições também localizadas, aparentemente, pertencem ao estilo grego-Ptolomáico, e, também, ao Império Romano.

Tais informações não seriam possíveis sem os registros escritos encontrados nos documentos que foram citados neste estudo, em especial, o *Manuscrito 512*, e diversos outros, como cartas, diários etc. Dessa maneira, é possível perceber a importância da cultura escrita para revelar as histórias que compõem o universo da Chapada Diamantina-BA.

As interpretações de Johnni Langer

Johnni Langer (2005) apresenta um estudo que tem como objetivo central investigar as origens do que ele chama de “mito arqueológico” da cidade perdida na Bahia, bem como a sua importância paradigmática para o segundo Império do Brasil.

O autor levanta algumas hipóteses, a partir de algumas observações e análises, e diz que é possível perceber que as ruínas descritas no manuscrito não pertencem ao modelo urbanístico colonial português ou espanhol e que a possibilidade de terem encontrado algum centro de mineração abandonado, após o término da exploração, também é muito remota, pois, na metade do século XVIII, a maioria dos complexos mineradores ainda estavam em atividade na Bahia.

Segundo o autor, os relatos do manuscrito são imaginários e a comparação das praças com as construídas pelos romanos, assim como as inscrições, templos, pórticos, moedas e estátuas nos levam a crer que o autor do relato estava profundamente inserido no contexto das descobertas arqueológicas e culturais que estavam sendo efetuadas na Europa no início do século XVIII. Além disso, o autor diz que existem elementos na narrativa do documento que fazem parte de tradições folclóricas muito antigas, advindas do século XV e XVI. Um exemplo disso, segundo ele, é a descrição referente aos montes de cristais reluzentes, que foi citado no início do relato, pois aventureiros, no século XVI, também descreveram pelo interior brasileiro a existência de montanhas e serras resplandecentes, associadas a metais e pedras preciosas e essa tradição formou, a partir dos Setecentos, o fundamento para alguns folclores bandeirantes, assim como a Lagoa Dourada (Eupana e Sabarabuçu), como podemos ver a seguir:

O historiador Buarque de Hollanda acredita que essa tradição esteve intimamente relacionada com o mito do Paraíso Perdido, para o qual funcionaria como uma espécie de antecipação do maravilhoso: “da montanha que refulge passa-se muitas vezes sem dificuldade aos castelos, cidades, casas e igrejas de cristais, tão frequentes nas clássicas visões do paraíso” (LANGER, 2002, p. 2).

A respeito do possível autor do manuscrito, segundo Langer, o pesquisador Hermann Kruse e o historiador Pedro Calmon, estabeleceram que é possível que seja o bandeirante João da Silva Guimarães, este que percorreu os desconhecidos sertões da Bahia entre 1752 e 1753 e, possivelmente, teria noticiado a descoberta das muito procuradas Minas de Prata de Robério Dias Muribeca, justamente na região dos Rios Paraguaçu e Una.

Em 1840, o cônego Benigno José de Carvalho e Cunha ficou encarregado de encontrar a cidade perdida da Bahia. Após um tempo de expedição, Benigno relata que a localização exata do sítio, também descrita no documento, poderia ser a Serra de Sincorá, pois existia um riacho de frente à cidade pelo qual os bandeirantes desceram e, após três dias, chegaram aos Rios Paraguaçu e Una.

Depois de um tempo, o Benigno mandou a notícia de que, até aquele momento, havia descoberto o quilombo perdido no Sincorá e ele acreditava que escravos fugidos teriam dominado as antigas Ruínas, apontando que estava cada vez mais próximo da cidade. Enquanto aguardava financiamento, ele efetuou diversas obras de desmatamento, abrindo estradas e desbravando o sertão.

No entanto, Johnni Langer (2002) diz que relatos afirmam que Benigno teria ficado louco, escutando sinos e sons. Outros rumores diziam que Benigno teria realmente encontrado

as almeçadas ruínas e que minérios preciosos estariam sendo explorados por seus superiores, mas o que sabemos de concreto é que ele retornou frustrado para Salvador, vindo a falecer em 1849.

O autor acredita que o documento dos bandeirantes era apócrifo e que alguns exploradores teriam descoberto diamantes no Sincorá, ficando muito ricos, mas, por precaução, teriam fabricado o dito roteiro, baseando-se nas formas geológicas do local. Para mais, Langer (2002) diz que o que está descrito no *Manuscrito 512* é uma alegoria das minas de diamante da região, elaborado para disfarçar a sua exata localização, embora estabelecesse alguns detalhes do relato que eram realmente verdadeiros, porém obras da natureza.

Por fim, o autor diz que essas ruínas brasileiras nunca existiram e que o que os estudiosos perseguiam foi uma miragem, um mito arqueológico. Contudo, o mito passou a ter um valor de paradigma, constituindo um modelo de referência para se pensar o passado brasileiro. Para a ciência oficial, a cidade perdida tornou-se uma aberração fantástica. Por sua vez, brasileiros e amadores estrangeiros promoveram dezenas de expedições em sua busca, no início do século XX, até nossos dias. Assim, o autor defende a ideia da cidade como um verdadeiro mito arqueológico, baseado nas lendas e histórias folclóricas criadas por populares. Mas, de qualquer forma, este “mito” foi um grande atrativo para os pesquisadores e é muito valioso para a história do passado brasileiro.

As interpretações de Wagner Ribeiro De Carvalho (2009)

Wagner Ribeiro de Carvalho (2009) apresenta uma investigação sobre o *Manuscrito 512* a partir dos pressupostos da Filologia Moderna e da Análise do Discurso de linha Francesa. Ele discute a importância deste documento para a história da arqueologia brasileira e apresenta uma edição crítica do manuscrito, bem como uma análise discursiva das condições de produção, da memória e do interdiscurso presentes no documento, discutindo o sujeito e a história como elemento construtivo de sentido.

O *Manuscrito 512*, segundo ele, é um mito Arqueológico do Brasil. Assim como o autor Johnni Langer (2002), Wagner Ribeiro de Carvalho (2009) também levanta a hipótese de que os bandeirantes se valeram das históricas folclóricas sobre cidades e lugares encantados e que estes surgiram muito tempo antes da elaboração desse mito da cidade perdida, considerando estes como fantásticos resquícios arquitetônicos.

Carvalho (2009) realiza a análise discursiva do documento, adotando como foco as condições de produção e um interdiscurso definido, indicando algumas hipóteses sobre o tema.

Segundo ele, o subtítulo da *Relação* já estabelece de imediato o motivo da expedição pelos bandeirantes na busca pelas Minas de Prata do Muribeca. De acordo com o próprio relato, é possível perceber que as ruínas descritas no manuscrito não pertencem ao modelo urbanístico colonial português ou espanhol. E, com isso, podemos compreender que o autor do relato estava profundamente inserido no contexto das descobertas arqueológicas e culturais que estavam sendo efetuadas na Europa no início do século XVIII, como também apontou Langer (2002). O discurso que emerge do texto do manuscrito pode ter sido somente imaginário, ou mesmo, o autor pudesse ter tido contato com o panorama cultural da Europa daquele período.

Conforme apresentado, o *Manuscrito 512* é um objeto de pesquisa muitíssimo valioso e passível de inúmeras formas de pesquisa, em diversas áreas, como as que aqui foram apresentadas. Nós, da *História da Cultura Escrita*, também temos muitos interesses sobre esse monumento escrito da história da Chapada Diamantina-BA. Para este momento, trouxemos algumas notícias que podem demonstrar o valor documental deste testemunho histórico.

Algumas considerações finais

Não acabamos por aqui. Esta investigação é um resultado parcial do *Projeto Escritas Diamantinas: Programa de Estudos em História, Sociedade e Cultura Escrita na Região da Chapada Diamantina-Ba*. Neste contexto, buscamos apresentar o *Manuscrito 512* como monumento histórico da história da Chapada Diamantina-BA, extremamente relevante para a história e para a arqueologia brasileira. E, por isso, consideramos que, pela tamanha preciosidade deste testemunho, e pelas inúmeras possibilidades de pesquisas dentro do campo *História da Cultura Escrita*, por exemplo, há muito ainda o que se investigar sobre ele e sobre os diversos outros produtos escritos deste período.

Aqui, contextualizamos brevemente o campo científico em que estamos alocados, além de apresentarmos a relevância histórica e arqueológica do *Manuscrito 512* para as investigações que se debruçam sobre a história da Chapada Diamantina-BA. Sabemos que este tipo de trabalho não é fácil, já que, pelo que vimos, não temos notícias de investigações sistemáticas dessa natureza no âmbito dessa região. Contudo, isso não impede que projetos, como o *Escritas Diamantinas*, possam abrir novas searas de pesquisa, que nos permitam mensurar a história da cultura escrita na Chapada Diamantina-BA.

Assim sendo, além de investigar as inúmeras práticas de escrita que configuram a história dessa região, esse projeto, que se constitui como um programa de pesquisas, busca

mensurar a história da difusão social da escrita nessa região, a história da escolarização formal e não formal da Chapada Diamantina-BA, além, é claro, de investigar os espaços de conservação de sua memória, a partir da prospecção de acervos públicos e/ou privados que guardam os monumentos escritos de sua história.

Porém, para este momento, trazemos à baila um pequeno passo de um árduo trabalho de investigações, que se inicia tendo clareza que muitos serão os caminhos e os tempos trilhados para compor essa *nova história*.

Referências

ANÔNIMO. *Relação histórica de uma occulta, e grande povoação antiquíssima sem moradores, que se descobriu no anno de 1753*. Bahia/Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, documento n. 512, 1753

BARROS, José d' Assunção. **A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011

BARROS, José d' Assunção. **A história cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos, DHL/PPH/UEM, v. 9, n.1, 2005. p. 125-141

BERWANGER, Ana Regina. **Noções de paleografia e diplomática** / Ana Regina Berwanger, João Eurípides Franklin Leal. 3. ed. rev. e ampl. - Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008. 128 p.

CARVALHO, W. R. D. **O Manuscrito 512: A cidade perdida da Bahia**. I Congresso Nacional de Linguagens e representações: Linguagens e Leituras, Ilheus, p. 1-11, out./2009. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/iconlireanais/iconlire_anais/anais-52.pdf. Acesso em 5 de janeiro de 2020.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Historia de la cultura escrita: ideas para el debate**. Revista Brasileira de História da Educação, n. 5, janeiro/junho, 2003. p. 94-124.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 80 p.

FILHO, D. **RELAÇÃO histórica [...]**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms495/mss_01_4_001.pdf. Acesso em 8 de janeiro de 2020.

LANGER, Johnni. **A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império**. Revista Brasileira de História: São Paulo, v. 22, n. 43, p. 1-13, dez./2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000100008. Acesso em 03 janeiro de 2020

MORENO, André Luiz Alves. **Escrita (in)surgente**: Distribuição Social da Escrita nos Movimentos Sediciosos do Brasil de Finais do Período Colonial. Programa de Pós Graduação em Língua e Cultura. Salvador-BA (2019)

OLIVEIRA, Klebson, et al. **Negros e escrita no Brasil do século XIX**: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico. 2006. Programa de pós-graduação em Letras e Linguística - Curso de Doutorado em Letras. Salvador-BA

PETRUCCI, Armando (2003). **La ciência de la escritura: primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina